

**MILTON SANTOS:
OS CONCEITOS GEOGRÁFICOS E SUAS CONCEPÇÕES**

BERNARDES, Antonio¹

Recebido (Received): 14-06-2019 Aceito (Accepted): 13-11-2019

Como citar este artigo: BERNARDES, A. Milton Santos: os conceitos geográficos e suas concepções. **Formação (Online)**, v. 27, n. 50, p. 275-299, 2020.

Resumo

Em quase 50 anos de carreira acadêmica, Milton Santos, um renomado geógrafo brasileiro, desenvolveu propostas teórico-metodológicas que possuem notória contribuição para as Ciências Sociais, principalmente, a Geografia. É habitual utilizarmos aquelas concepções mais reconhecidas e populares deixando de lado outras tantas. Contudo, é sabido que no decorrer de sua carreira ele desenvolveu duas ou mais concepções diferentes para a paisagem, território, região, espaço geográfico e lugar. Buscaremos apresentar e discutir cada um desses conceitos e as diferentes concepções desenvolvidas por Santos no decorrer de sua carreira, assim como contextualizar cada uma delas mostrando suas similaridades e diferenças. Para este pequeno excursus nos baseamos em algumas de suas principais obras, como por exemplo: “Por uma Geografia Nova” (1978), “Espaço e Método” (1985), “Metamorfoses do espaço habitado” (1988) e “A natureza do espaço” (2002).

Palavras-chave: Milton Santos. Geografia. Teorias. Conceitos. Concepções.

**MILTON SANTOS:
GEOGRAPHICS/THE GEOGRAPHICAL CONCEPTS AND THEIR CONCEPTIONS**

Abstract

In almost 50 years of academic career, Milton Santos, a renowned Brazilian geographer, developed theoretical and methodological proposals which have a notorious social sciences contribution, mainly Geography. It is customary for us to use those most recognized and popular concepts, leaving out so many others. However, it is well known that in the course of his career he developed two or more different concepts for the landscape, territory, region, geographical space and place. We will seek to present and discuss each of these concepts and the different conceptions developed by Santos during his career, as well as contextualize each one of them showing its similarities and differences. For this short excursus, we base our work on some of his main works such as: “Por uma Geografia Nova” “For a New Geography” (1978), “Espaço e Método” “Space and Methods” (1985), “Metamorfoses do espaço habitado” “Metamorphoses of inhabited space” (1988) and “A natureza do espaço” “Nature of space” (2002).

Keywords: Santos. Geography. Theory. Concept. Conceptions.

**MILTON SANTOS:
LOS CONCEPTOS GEOGRÁFICOS Y SUS CONCEPCIONES**

Resumen

Con casi 50 años de carrera académica, Milton Santos, un reconocido geógrafo brasileño desarrolló propuestas teórico-metodológicas que contribuyen notablemente a las Ciencias Sociales, principalmente a la Geografía. Es habitual utilizar las concepciones más populares, dejando de lado tantas otras. Con todo, es sabido que a lo largo de su carrera ha desarrollado dos o más concepciones diferentes para paisaje, territorio, región, espacio geográfico y lugar. Presentaremos y discutiremos cada uno de estos conceptos y sus diferentes concepciones para Santos a lo largo de su carrera, además contextualizaremos cada uno de ellos mostrando sus similitudes y diferencias. Para ello, nos basamos en algunas de sus principales obras, tales como: “Por una Geografia Nova” (1978), “Espaço e Método” (1985), “Metamorfoses do espaço habitado” (1988) y “A natureza do espaço” (2002).

¹ Professor Dr. na Universidade Federal Fluminense (UFF), Departamento de Geografia e Políticas Públicas, Angra dos Reis-RJ, e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, Campos dos Goytacazes. E-mail: antoniobarnardes@id.uff.br.

Palabras clave: Milton Santos. Geografia. Teorías. Conceptos. Concepciones.

1 Preâmbulo

Milton de Almeida Santos ou somente Milton Santos, foi um proeminente geógrafo brasileiro nascido na cidade de Brotas de Macaúbas, Estado da Bahia, em 1926. Bacharel em Direito (1948) e Doutor em Geografia (1958) pela Université de Strasbourg (França), sob orientação do Prof. Dr. Jean Tricart. De 1964 a 1977 desenvolveu sua carreira fora do Brasil devido as implicações da ditadura militar. Em 1983 reingressou como docente na Universidade de São Paulo e se aposentou na mesma instituição em 1997. O trabalho de Santos é composto por

[...] 40 livros, 15 trabalhos de editoria, 21 publicações menores e cerca de 380 artigos científicos, além de entrevistas, apresentações, prefácios e matérias de jornal. Essa vasta produção é marcada por continuidades e descontinuidades (GRIMM, 2011, p. 165).

Considerando as pesquisas e o desenvolvimento acadêmico de Santos no decorrer da carreira, Grimm (2011, p. 166-167) a dividiu em três grandes temas: Bahia, urbanização do Terceiro Mundo e território brasileiro.

No primeiro grupo, que corresponde aproximadamente à produção científica feita durante os anos 1950 e 1960, incluímos reflexões a respeito do processo de organização da zona cacauceira no sul da Bahia; da formação da rede urbana do Recôncavo e as mudanças provocadas no centro da cidade do Salvador, consequência de uma nova dinâmica urbana que marcou o contexto posterior à Segunda Guerra Mundial. No segundo grupo, podemos reunir pesquisas, realizadas principalmente ao longo das décadas de 1960-1970, voltadas para a compreensão da especificidade da urbanização nos países do Terceiro Mundo. [...] Pesquisas, que correspondem a uma parte da produção realizada durante a década de 1980 e início dos anos 1990, voltadas para a análise do processo de urbanização brasileira – incluindo as mudanças ocorridas na cidade de São Paulo e o fortalecimento de seu papel como metrópole nacional – também podem ser incluídas no segundo grupo.

O terceiro agrupamento, referente ao grande tema “território brasileiro”, inclui investigações sobre a formação do território e suas especificidades atuais, desde aspectos de sua configuração territorial, de seu uso a partir de atores com diferentes recursos sociais, políticos e econômicos, ao seu papel na divisão internacional do trabalho. Nesse grupo, estão reunidos trabalhos realizados a partir de meados dos anos 1980 e ao longo de toda a década de 1990, deixando claro que, na realidade, essa preocupação sempre esteve presente em sua atividade docente e de pesquisa.

É interessante notar que por mais que Grimm periodizou as proposições teóricas e as temáticas de interesse de Santos em três grandes grupos, ela indicou dialeticamente o desenvolvimento intelectual do autor. Havendo certa contiguidade quanto a seu pensamento. Nesse sentido, é possível afirmar que há “os” Milton Santos quando pretendemos discutir suas

diferentes proposições teóricas? Dialeticamente, em concordância com Grimm, não! Trata-se de um mesmo homem, um pensador com preocupações e níveis de entendimento da realidade distintos no decorrer de sua carreira. Para tanto, tomemos como exemplo a conceituação de espaço geográfico como conjunto indissociável de sistemas de ações e de sistemas de objetos (SANTOS, 2002; 1994). Trata-se de uma das concepções mais difundidas na Geografia brasileira, mas se restringimos somente a ela podemos deixar de lado outras concepções para o espaço geográfico desenvolvidas por Santos e, ao mesmo tempo, o seu desenvolvimento intelectual, como aquela em que o espaço geográfico é tratado como fixos e fluxos (SANTOS, 1988; 1994, 1985). Contudo, é impossível afirmar que não há uma dialética entre as diferentes concepções. Elas estão imbricadas e é possível se entender muito de uma com base na outra.

Desse modo, o objetivo deste manuscrito é contribuir para a discussão e análise acerca do desenvolvimento intelectual de um dos principais geógrafos brasileiros, Milton Santos, com seus caminhos e descaminhos, tentando indicar suas diferentes conceituações para alguns conceitos geográficos clássicos e que foram trabalhados por ele no decorrer de carreira. Sabemos que há outros tantos conceitos importantes que poderiam ser aqui trabalhados, tal como a concepção de formação sócio espacial, mas optamos por analisar aqueles mais debatidos na história da Geografia brasileira e as respectivas concepções que Santos atribuiu a eles, tais como: espaço geográfico, paisagem, território, região e lugar. Consideramos que nem sempre a conceituação desenvolvida na sua obra principal é a mais ampla e com maiores possibilidades analíticas para os estudos geográficos, devido ao fato que cada uma das conceituações indica uma preocupação e um momento intelectual específico do autor. Para este excursão nos baseamos em diversas obras de Santos que foram desde a década de 1970 a 2000, mas atribuímos peso na discussão a algumas obras seminais, tais como: “Por uma Geografia Nova” (1978), “Espaço e Método” (1985), “Metamorfoses do espaço habitado” (1988) e “A natureza do espaço²” (2002).

2 A relevância da técnica na abordagem de Santos

A principal diferença entre o homem e as outras formas de existência é o trabalho. De modo geral, podemos entender o trabalho como a objetivação de certa subjetividade na matéria e como um modo de expressão dos projetos dos homens no meio. No seio do trabalho reside a

² Denominaremos a partir deste ponto a obra de Santos (2002) “A natureza do espaço: técnica, razão e emoção”, por “A natureza do espaço”.

técnica, que é o *saber fazer*, que atribui formas e conteúdos aos objetos que, por sua vez, são desenvolvidos para melhor suprir as condições necessárias para a sobrevivência humana.

O saber fazer dos homens é social e, como tal, é condicionado e condicionante do modo de produção hegemônico. Condicionado, porque sua própria reprodução está atrelada a *práxis* humana objetivada na matéria – conteúdo ou as intencionalidades dos objetos como denominado por Santos (1994; 2002) – e condicionante, porque no ato de sua ação, as intencionalidades são modificadas pelos sujeitos da *práxis*, modificando tanto a forma como o conteúdo dos objetos.

Tanto as ações dos homens como as intencionalidades são desenvolvidas socialmente. A diferença entre elas é que, atualmente, a primeira é, cada vez mais, orientada pela segunda. Esta, nada mais é do que a *práxis* objetivada na matéria que enunciam ações aos homens e, até certo ponto, determinam suas ações em prol das intencionalidades dos atores que detêm os meios de produção ou, como denominado por Santos (2002), os atores hegemônicos.

Em períodos históricos pretéritos as técnicas estavam muito mais restritas e condicionadas às dinâmicas dos lugares de sua origem. Contudo, no período de globalização há a tendência de homogeneização das técnicas, pois o modo de produção hegemônico – capitalismo – está em quase todos os lugares do globo e as técnicas tendem a estar de acordo com a lógica desse modo de produção (SANTOS, 2002).

Deste modo, entendemos que a técnica foi uma das principais categorias³ utilizadas por Santos para o desenvolvimento de sua abordagem em Geografia, pois “a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica” (SANTOS, 2002, p. 28-29). É pela técnica objetivada – considerando que a funcionalidade de certo objeto sempre está correlacionada a outro, ou seja, os objetos ocorrem em conjuntos de sistemas – que Santos (1994) buscou identificar, analisar e denominar os diferentes períodos históricos da humanidade.

Considerar a objetivação da técnica permitiu que Santos considerasse, indissociavelmente, o tempo e o espaço para os estudos geográficos, pois as técnicas desenvolvidas em cada período histórico transformam o meio de modo particular, permitindo sua temporalização (SANTOS, 2002). Não com o tempo dissociado do espaço e sim em conjunto, porque toda ação humana temporaliza o espaço pelo trabalho. Na sua abordagem

³ Consideramos que há diferenças essenciais entre conceito e categoria e que é necessário levar em conta para melhor interpretar as propostas desenvolvidas por Santos. De maneira geral, entendemos que “o conceito indica a determinação de certo aspecto singular do real, ao qual atribuímos destaque e o relacionamos com outras singularidades, definindo certa particularidade e certa universalidade. A categoria possui a universalidade como um de seus principais aspectos” (BERNARDES, 2011, p. 167).

Santos deu relevância ao modo como as intencionalidades podem orientar a *práxis* dos homens, pois estes surgem num mundo organizado que indica seus modos de ser. O conceito que representará este processo é o de espaço geográfico.

3 Algumas diferenças entre a paisagem e o espaço geográfico

Baseando-nos nas concepções de “A natureza do espaço” (SANTOS, 2002), entendemos que certo fenômeno real não se distingue de si próprio porque buscamos compreender os seus elementos constitutivos de modo mais apurado. Pelo contrário, indicam uma mesma realidade, mas com diferentes níveis de entendimento. É por esta lógica que entendemos que Santos diferenciou os conceitos de paisagem e espaço geográfico. Assim, se o espaço geográfico é movimento, porque é totalização, a paisagem é totalidade, porque é um momento do movimento (SANTOS, 2002). Em relação à totalidade, Santos (2002, p. 92) afirma que ela é

[...] uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para o conhecimento da análise da realidade. Segundo essa ideia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes.

Para alcançarmos as concepções de totalização e totalidade trabalhadas por Santos, tomamos uma afirmação de Sartre⁴:

E quando se trata de objetos práticos – máquinas, ferramentas, objetos de puro consumo etc. –, é nossa ação presente que lhe dá a aparência de totalidades ao ressuscitar – seja de que maneira for – a *práxis* que tentou totalizar sua inércia. [...] Mas essas observações mostram que eles são produtos e que a totalidade – contrariamente ao que poderíamos acreditar – não passa de um princípio regulador da totalização (e se reduz, simultaneamente, ao conjunto inerte de suas criações provisórias). [...] Assim, a totalização tem o mesmo estatuto da totalidade: através das multiplicidades, ela prossegue esse trabalho sintético que faz de cada parte uma manifestação do conjunto e que refere o conjunto a si mesmo pela mediação das partes (SARTRE, 2002, p. 165).

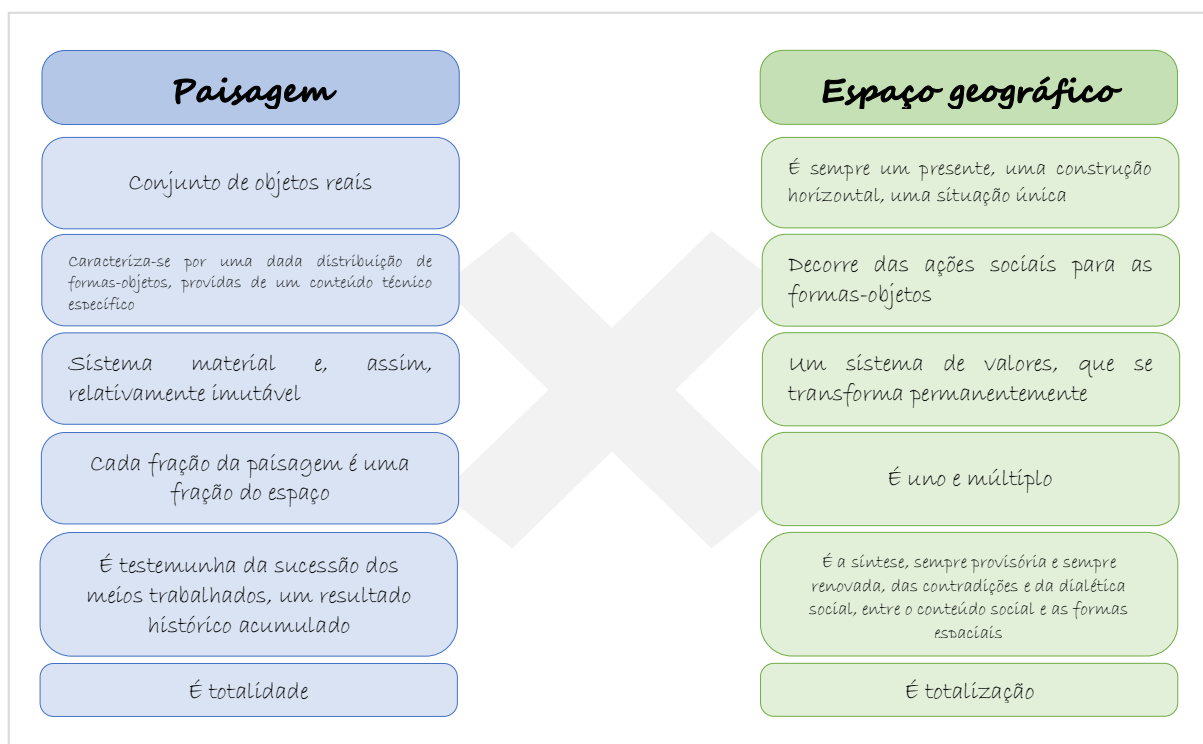
⁴ Entendemos que as proposições teóricas do filósofo francês Jean-Paul Sartre possuem certa influência no pensamento de Santos pelas inúmeras vezes que ele o indica em suas obras e entrevistas, dentre as quais podemos tomar como exemplo: SANTOS, Milton. **Marianne em Preto e Branco**. Salvador: Progresso, 1960; SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 2002; SANTOS, Milton. **Entrevista com o professor Milton Santos**. Revista Caros Amigos. São Paulo, n.17, ago. 1998; **Encontro com Milton Santos ou o Mundo Global Visto do Lado de Cá – Uma Proposta Libertária para estes Dias Tumultuosos**. Direção: Sílvio Tendler. [S.l.] Rio de Janeiro: Calibran, 2006. 1 DVD (89 min), NTSC, color.

Para Sartre, é pela totalidade que apreendemos a totalização. A totalidade, por exemplo, pode ser compreendida por meio de um objeto qualquer que retemos nossa atenção para poder analisá-lo – similar ao modo como Sartre (1997) considerou a forma – já que o objeto é uno e múltiplo. Uno porque é totalidade e múltiplo quando identificamos seus elementos constitutivos. A síntese das multiplicidades do real é a totalização como movimento contraditório. Esta, ocorre pela investida do entendimento para mundo, mas que só pode ser apreendida como totalidade. Nesse sentido, entendemos que a contradição entre a totalidade que apreendemos e a totalização que entendemos é um dos princípios para distinção entre os conceitos de paisagem e espaço geográfico. Nas palavras de Santos (2002, p. 106-107):

Numa perspectiva lógica, a paisagem é já o espaço humano em perspectiva. A paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São as formas que realizam, no espaço, as funções sociais. Assim, pode-se falar, com toda legitimidade, de um funcionamento da paisagem [...].

Nessa mesma obra de Santos a concepção de paisagem também é proposta como o “[...] conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área” (SANTOS, 2002, p. 103). O que atribui movimento a paisagem são as ações sociais. Eis um dos princípios para se conceber o espaço geográfico.

Figura 1 - Diferenciação entre paisagem e espaço geográfico em “A natureza do espaço” de Milton Santos

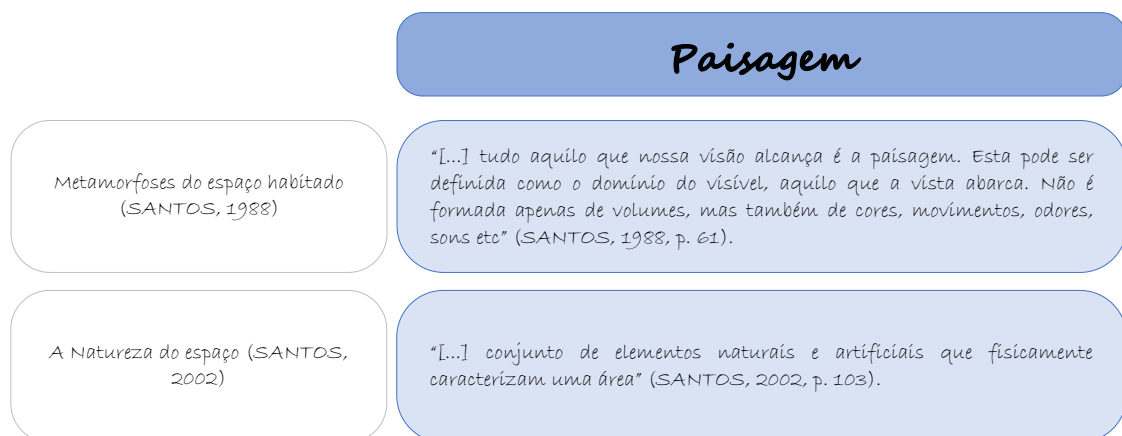


Fonte: Adaptado de SANTOS, 2002. Organizado por: BERNARDES, 2019.

Diferenciamos os conceitos de paisagem e espaço geográfico tendo como referência a suas proposições em “A natureza do espaço”. Estritamente para essa obra, a diferença reside no fato de que a paisagem é abordada como certa percepção do espaço geográfico – totalidade – destituído de seu movimento social que lhe é totalizador – totalização (Figura 1). O principal movimento considerado para o espaço geográfico são as ações sociais, destacando-se o modo de produção hegemônico. Contudo, não podemos levar em conta somente uma única concepção de paisagem para Santos se quisermos buscar entender a sua proposta teórica. Numa obra que precede a “A natureza do espaço”, “Metamorfoses do Espaço Habitado”, há outra concepção. A paisagem é “[...] tudo aquilo que nossa visão alcança [...] Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc” (SANTOS, 1988, p. 61).

Em síntese, em “A natureza do espaço”, há um privilégio da forma. A paisagem está relacionada as representações sensoriais – destacadamente, a visão – para que, em seguida, pelo empreendimento do entendimento, ela seja relacionada com a “história viva” da sociedade, como determinante e determinada de certas relações, caracterizando territórios e regiões. Por outro lado, a paisagem em “Metamorfoses do Espaço Habitado”, mesmo partindo de pressupostos semelhantes da concepção anterior, difere do último por não se restringir somente a um sentido já que ela “não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc” (SANTOS, 1988, p. 61).

Figura 2 - Algumas concepções de paisagem em Milton Santos



Fonte: Adaptado de SANTOS, 1988; 2002. Organizado por: BERNARDES, 2019.

Podemos considerar que ambas as concepções de paisagem em Santos foram tratadas como um momento do entendimento, notadamente, o percebido, para a estruturação lógica da realidade em Geografia (Figura 2). O espaço geográfico, pelo contrário, é a paisagem pensada, é a abstração em outro nível, o concreto. A diferença essencial entre esses dois conceitos é o modo como a técnica é abordada: para o espaço geográfico ela é considerada como processo social de um conjunto de ações e de objetos; para a paisagem, a objetivação do trabalho na matéria, é tomada como resultado, “história congelada”. Assim, sendo:

A paisagem é testemunha da sucessão dos meios de trabalho, um resultado histórico acumulado. O espaço humano é a síntese, sempre provisória e sempre renovada, das contradições e da dialética social. [...] Considerada em si mesma, a paisagem é apenas uma abstração, apesar de sua concretude como coisa material. Sua realidade é histórica e advém de sua associação com o espaço social. [...] O simples fato de existirem como formas, isto é, como paisagem, não basta. A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaço, porque forma-conteúdo. [...] O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais (SANTOS, 2002, p. 107-109).

A paisagem é considerada uma forma e o seu conteúdo é social, ou melhor, o conteúdo de determinada forma é atribuído pelos homens pela objetivação do trabalho na matéria. A forma-conteúdo é a processo dialético entre as formas espaciais e as relações sociais.

Sem dúvida, o espaço é formado de objetos, mas não são os objetos que determinam os objetos. É o espaço que *determina* os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica. Essa lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura continuidade. É nesse sentido que podemos dizer com Rotenstreich (1985, p. 58) que a própria história se torna um meio (um *environment*), e que a síntese realizada através do espaço não implica uma harmonia preestabelecida. Cada vez se produz uma nova síntese e se cria uma nova unidade (SANTOS, 2002, p. 40, grifos do autor).

Em conformidade com o que foi afirmado por Santos, a ação individual dos homens está estritamente relacionada as intencionalidades e é organizada e estruturada de acordo com os objetos e sua coerência de conjunto. O meio – *environment* – é história porque há ações objetivadas na matéria, ou melhor, o trabalho objetivado na matéria acaba por expressar um respectivo modo de produção para cada período, pois as ações humanas são, muitas vezes, orientadas pelas intencionalidades atribuídas aos objetos, incorrendo na reprodução do modo de produção hegemônico, devido ao seu poder e extensão. Todavia, isso não exclui aquelas ações solidárias e que são modos de resistência dos homens para as ações hegemônicas, como discutiremos mais adiante.

Desse modo, podemos considerar que esse é um dos princípios que permitem entender o espaço geográfico como totalização e a paisagem como totalidade, porque um objeto tomado

para análise fora de seu conjunto e do modo como ele foi reproduzido só permite o entendimento formal acerca dos fenômenos reais. O espaço geográfico é o conceito que vai indicar o modo de organização dos objetos, ou seja, como o modo de produção hegemônico, entendido como certo âmbito da totalização, determina as totalidades ou os diferentes meios geográficos e paisagens. Por isso, o conceito paisagem está, no sistema lógico de Santos, *essencialmente* distante do conceito espaço.

4 Em direção ao território e a região

A partir da discussão acerca da paisagem e do espaço podemos encaminhar a discussão para o entendimento acerca do território e, então, para a região. A precedência de um em relação ao outro na discussão não é aleatória, pois só podemos tomar as concepções de região em Santos quando tivermos assinalado as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais que desenvolvem territorialidades. Desse modo, partiremos de uma primeira concepção de território, como segue:

O território é formado por frações funcionais diversas. Sua funcionalidade depende de demandas de vários níveis, desde o local até o mundial. A articulação entre as diversas frações do território se opera exatamente através dos fluxos que são criados em funções das atividades, da população e da herança espacial. [...]

Mas é preciso não esquecer que a unidade espacial do trabalho é, aqui, o que se convencionou a chamar de região produtiva. Defini-la, pois, vai exigir o reconhecimento das suas relações internas e externas mais importantes. Na verdade, aliás, relações internas e relações externas não são independentes (SANTOS, 1985, p. 96).

Na obra “Espaço e método”, Santos afirmou que a partir das funcionalidades de frações do território é possível identificar as demandas de diferentes escalas geográficas e que as relações entre elas ocorrem pelos fluxos das atividades, da população e da herança espacial. A herança espacial é o meio transformado pelas atividades humanas e que possuem certos fluxos, distinguindo-se entre as dinâmicas internas – que podem atrair ou repelir outros fluxos – e as dinâmicas externas – fluxos externos a um determinado local. Por sua vez, a região produtiva é constituída como totalidade contraditória desses distintos tipos de fluxos. Ainda nessa obra, Santos indicou que as interações entre as regiões produtivas são um aspecto relevante para compreensão do território e das redes entre cidades.

Numa segunda concepção, em “Metamorfoses do espaço habitado”, Santos (1988) considerou que as relações de um determinado território, sua natureza, se dão pelas condições

naturais, técnicas e culturais – convicções religiosas, crenças, costumes – para certo grupo se fixar.

Em “A natureza do espaço”, Santos (2002) compreendeu o território, também, a partir da problematização do tempo, utilizando a concepção de evento com base nas proposições de Whitehead (1994). A escala do evento é a escala da ação em que o tempo, em seus diferentes ritmos e processos, se efetiva pelas conflituosas relações sociais no território, porque, “[...] na verdade, os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo, onde estão, novas características” (SANTOS, 2002, p. 144). As ações não têm existência independentemente dos objetos, assim como os eventos não possuem realidade fora da relação com os objetos. Um evento pode levar a outro, é a perpétua totalização da totalidade. Isto ocorre tanto para os grandes fatores de mudança global, como para níveis mais particulares e os episódios banais (SANTOS, 2002, p. 163). A partir dessa concepção de evento, a conceito território pode ser abordado pelas suas interações escalares, dada a indissociabilidade da esfera da ação e a dos objetos.

Já na obra “O Brasil: território e sociedade no início do século XXI” (2008), de Santos e de Silveira, eles indicaram que o território:

Em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico. [...] Quando quisermos definir qualquer pedaço do território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 247).

Nesta obra, o território foi considerado como usado, ou seja, como meio transformado pelo trabalho. As instâncias econômicas e políticas são, ao mesmo tempo, fator de regulação e de comando da economia, da sociedade e do território, explicando o conteúdo da divisão social do trabalho, cuja objetivação é a divisão territorial do trabalho. Os autores consideraram que o território nacional é a objetivação da instância política, econômica e social como totalidade para determinado espaço.

Em resumo, após esta pequena digressão acerca do conceito território, é possível afirmar que ele não possui as mesmas concepções para as obras que mencionamos de Santos. Ora, ele é tratado por determinado recorte espacial e, ora, por um conjunto de dinâmicas. Todavia, uma concepção não exclui a outra. Além do mais,

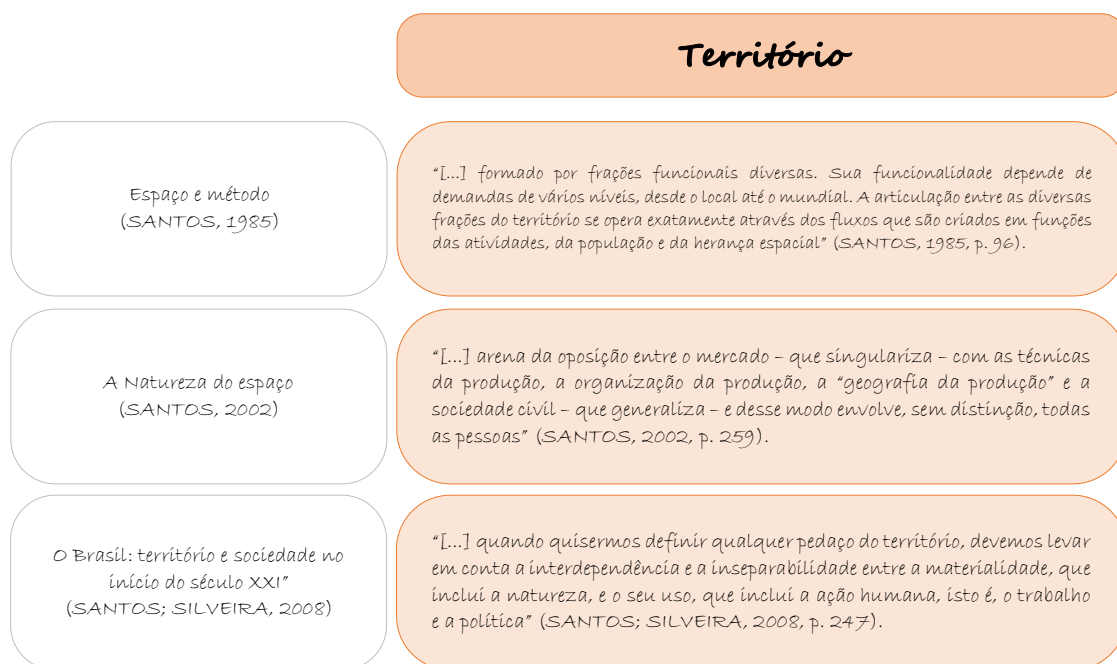
O território é arena da oposição entre o mercado – que singulariza – com as técnicas da produção, a organização da produção, a “geografia da produção” e a sociedade civil – que generaliza – e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de Mercado, o território e suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoístas e utilitárias (do ponto de vista dos

atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações (SANTOS, 2002, p. 259).

Nesta citação há duas novas metáforas desenvolvidas por Santos que podem nos auxiliar para o entendimento do território: as horizontalidades e as verticalidades. Em “A natureza do espaço”, Santos denominou como horizontalidades aquelas ações solidárias entre os homens e aquelas que são hierarquizadas, que são ditames dos atores hegemônicos, denominadas de verticalidades. As verticalidades poderiam ser relacionadas ao exercício das intencionalidades atribuídas aos objetos que são, muitas vezes, relações territorialmente inorgânicas. Por outro lado, as horizontalidades podem ser relacionadas às ações dos homens, pois constituem uma relação territorialmente orgânica. A dialética entre as horizontalidades e as verticalidades é uma das maneiras como se expressa o território.

Considerando o discutido até esse ponto acerca do território, realizamos uma síntese de suas principais proposições.

Figura 3 - Algumas concepções de território em Milton Santos



Fonte: Adaptado de SANTOS, 1985; 1988; 2002 e SANTOS; SILVEIRA (2008). Organizado por: BERNARDES, 2019.

De acordo com as concepções expostas, consideramos as relações de poder e as relações políticas como alguns dos fundamentos do território, destacadamente, as ações humanas, as intencionalidades e suas diferentes formas de objetivação na matéria (Figura 3). As dinâmicas políticas, econômicas e sociais para determinado recorte espacial ou para certa extensão,

conforme a força de suas ações, são os principais aspectos considerados nas diferentes concepções para este conceito.

É pela extensão das intencionalidades e das ações, associado ao recorte espacial, que emerge a região. Considera-se ela como uma parte do todo. Não como uma espécie de mosaico e sim como parte da totalidade, se atribuindo relevância a determinado aspecto da realidade:

A cada momento histórico, pois, o que se convencionou a chamar de região, isto é, um subespaço do espaço nacional, aparece como o melhor lugar para a realização de um certo número de atividades. Tais fatores locacionais, repetimos, são apenas parcialmente regionais ou locais. [...]

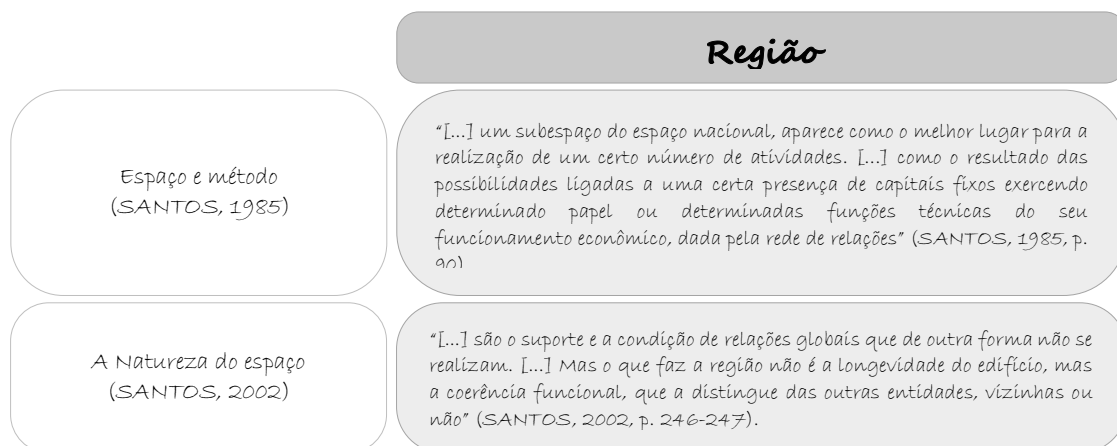
A região se definiria como o resultado das possibilidades ligadas a uma certa presença de capitais fixos exercendo determinado papel ou determinadas funções técnicas do seu funcionamento econômico, dada pela rede de relações (SANTOS, 1985, p. 90).

Na obra “Espaço e método”, Santos (1985) indicou que a região é um subespaço para o espaço nacional definido por um conjunto de fixos e fluxos que determinam sua especificidade em relação a outros subespaços. A principal característica utilizada para a sua distinção são os aspectos econômicos e, por estes, há a identificação e definição do seu modo de relação com outros subespaços. A dinâmica das diversas escalas foi considerada para a constituição de determinada região, pois:

As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos por outro nome. [...] Mas o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte espacial. [...] As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração do edifício regional (SANTOS, 2002, p. 246-247).

Em “A natureza do espaço”, Santos (2002) considerou a região sob o mesmo fundamento que na obra que supracitada, ou seja, elas se distinguem entre si por suas funcionalidades, sua coerência produtiva e sua configuração territorial.

Figura 4 - Algumas concepções de região em Milton Santos



Fonte: Adaptado de SANTOS, 1985; 2002. Organizado por: BERNARDES, 2019.

Poderíamos supor que a concepção de região de Santos se aproximaria da desenvolvida por Kant (2005) ou mesmo daquela desenvolvida por boa parte dos geógrafos da denominada Geografia Clássica. Esse entendimento ganha respaldo quando entendemos que tanto Kant como os denominados geógrafos clássicos concebiam a região como uma parte de um espaço absoluto, ou seja, como espaços relativos ou subespaços que, quando considerados em conjunto, seria uma espécie de um mosaico que constitui um espaço absoluto (GOMES, 1996). Todavia, Santos tomou um espaço absoluto para definir os espaços relativos não como um mosaico e sim como totalidade em totalização. Não poderia ser diferente, pois ele diferenciou as partes para um todo conforme a configuração territorial específica para cada subespaço. A especificidade da região ocorre pela dialética das suas dinâmicas externas e internas. As configurações territoriais são a objetivação dessa dialética e estas podem ser classificadas pelas funcionalidades em comparação com outras funcionalidades específicas de outros subespaços. De toda maneira, a totalização ficará um pouco mais clara para a discussão ao abordarmos o espaço geográfico (Figura 4).

5 O espaço geográfico

O conceito espaço geográfico desenvolvido por Santos (2002), em a “A natureza do espaço”, entendido como o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2002), é a mais difundida das suas proposições na medida em que possibilita o entendimento dos aspectos concretos da relação sociedade-natureza, abarcando as concepções de paisagem, região e território. Contudo, não podemos nos restringir somente a esta concepção,

pois há outras, por exemplo, o espaço geográfico entendido como um conjunto de fixos e fluxos (SANTOS, 1978; 1988).

Além dessas duas que mencionamos, há uma outra concepção que nos permite entender melhor o espaço geográfico, é a configuração territorial. Em “Metamorfoses do espaço habitado”, Santos (1988) escreveu que a configuração territorial é definida pelo conjunto de objetos existentes, artificiais e naturais, em determinado território. O espaço é a junção entre a configuração territorial, paisagem e sociedade, ou seja, o espaço é formado de fixos e fluxos. Aqui, o espaço é concebido pelo princípio da forma-conteúdo, congregando a paisagem – forma –, as dinâmicas sociais – conteúdo – e a configuração territorial é uma representação da dialética entre forma e conteúdo ou entre a herança espacial e as dinâmicas sociais contemporâneas.

A dialética entre forma e conteúdo compareceu com relevo em o “Espaço e método” (SANTOS, 1985), obra que precedeu a “Metamorfoses do espaço habitado”. A forma e conteúdo – função – estão associados a outras duas categorias, estrutura e processo. Elas, em conjunto, possibilitam o desenvolvimento de um método geográfico:

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante de tempo. Função, de acordo com o Dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança (SANTOS, 1985, p. 50).

Santos tomou a definição de estrutura em conformidade com Perroux (apud SANTOS, 1985, p. 27), em que “[...] estrutura é uma rede de relações, uma série de proporções entre fluxos e estoques de unidades elementares e de combinação objetivamente significativas dessas unidades”. Já a estrutura possibilita que se busque entender a realidade considerando as diversas correlações entre os sistemas técnicos, realidades particulares, com o modo capitalista de produção, realidade universal. A “[...] estrutura implica, a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção” (SANTOS, 1985, p. 50), tanto que mesmo naquelas áreas onde não se predomina o modo capitalista de produção, elas não estão isoladas, pois elas podem ser alvo de processos especulativos e de exploração mais sutis.

Entendemos que a análise estrutural empreendida por Santos enunciou um processo de síntese que busca levar em conta as diversas correlações entre os diferentes sistemas técnicos, evidenciando as intencionalidades atribuídas aos objetos que indicam ações aos homens, também sistêmicas, em sua relação como mundo.

Já a forma, como tratado por Santos (1985), é o aspecto sensível de um objeto, o seu arranjo material sensível que permite a sua descrição. Por sua vez, a função enuncia uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, homem, instituição ou objeto. O processo é uma ação contínua, implicando conceito de tempo e de mudança.

Para Santos, essas categorias devem ser estudadas de modo conjunto para que se possa entender o movimento da sociedade, que desenvolve o espaço no decorrer do tempo. Ou seja, a estrutura varia conforme os diferentes períodos históricos, instituindo uma heterogeneidade espacial. Áreas baseadas em estruturas específicas demandam certas funções e formas, determinando certas configurações que, por sua vez, indicam se estão mais bem preparadas para inovações do que outras. Isso permite que se realize a sua temporalização ou uma análise diacrônica tendo como referência um determinado sistema técnico predominante.

Estrutura, processo, função e forma são, como denominou Santos (1985), categorias analíticas do espaço geográfico que possibilitam a abordagem da totalidade em totalização. Estas, quando articuladas, podem evidenciar as dinâmicas contraditórias das mais variadas escalas geográficas, identificando a partir das formas e funções, os processos e estruturas técnicas predominantes em determinado período pela análise dos diferentes meios.

Nesse ponto podemos retomar a concepção de espaço geográfico como conjunto de fixos e fluxos, pois identificamos alguns de seus fundamentos, sobretudo, aqueles vinculados às categorias analíticas do espaço. Abrindo parênteses para uma correlação – a qual, destacamos, que Santos não realiza – de caráter didático, é possível aproximarmos a concepção de fixos para as categorias forma e estrutura e a concepção de fluxos para as categorias de função e processo. Não poderia ser diferente, pois os fixos ao corresponderem a materialidade e objetividade dos fenômenos apontam para o aspecto sensível – forma – e sua distribuição e organização – estrutura – que, por sua vez, estão imbricadas aos fluxos como uma rede de atividades e relações sociais que enunciam atividades às formas – funções – considerando as ações contínua de desenvolvimento social – processo.

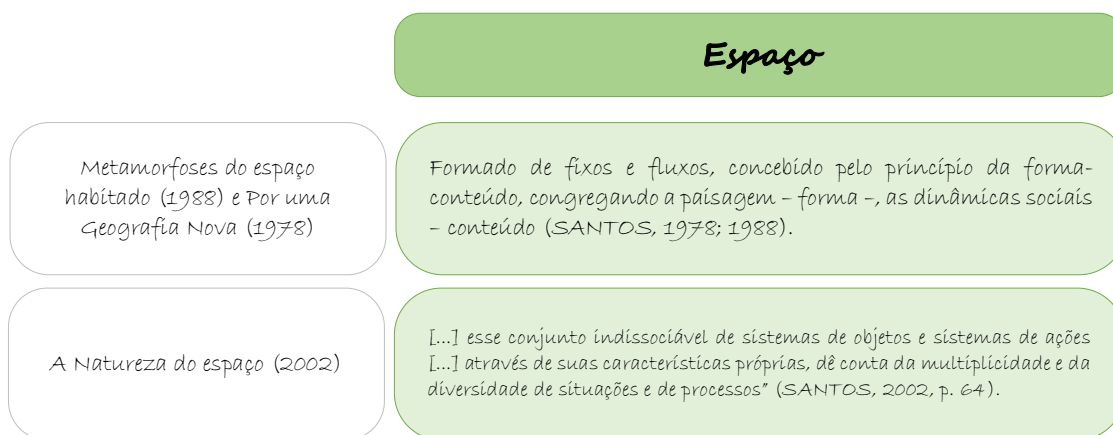
Esta correlação foi por nós empreendida com o intuito de alcançar a concepção mais recente de espaço geográfico de Santos (2002), como conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, não isolando as diferentes concepções e buscando encontrar um liame que nos indique como um processo de desenvolvimento lógico de Santos. Tanto, que nesta concepção mais recente, as categorias analíticas do espaço geográfico não compõem explicitamente como na concepção anterior, pois ela passa a ser considerada como

[...] esse conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, assim como estamos propondo, permite, a um só tempo, trabalhar o resultado, mas a partir de conceitos susceptíveis de um tratamento analítico que, através de suas características próprias, dê conta da multiplicidade e da diversidade de situações e de processos (SANTOS, 2002, p. 64).

Podemos afirmar que o espaço geográfico entendido como o conjunto indissociável de sistema de objetos e de sistema de ações é a concepção mais acabada daquelas desenvolvidas por Santos, o que o leva a propô-la como objeto de estudo em Geografia. Com isso, não consideramos que as concepções anteriores sejam ultrapassadas e sim que no seu desenvolvimento teórico elas indicam, de modo dialético, o desenvolvimento de um sistema lógico pelo autor.

O conjunto indissociável de sistema de objetos e de sistema de ações contempla o que buscamos discutir até agora acerca do conceito espaço geográfico para Santos. Ou seja, a predominância de determinado sistema técnico caracteriza um período e a sua objetivação na matéria pelo trabalho caracteriza um meio geográfico. Pela identificação das diferentes formas e funções, torna-se possível o entendimento dos processos e estruturas que os conceberam, assim como a sua forma de distribuição, organização e as ações que estes objetos enunciam aos homens. A coerência de conjunto dos objetos expressadas no meio caracteriza o que Santos denomina de sistema de objetos e as ações.

Figura 5 - Algumas concepções de espaço geográfico em Milton Santos



Fonte: Adaptado de SANTOS, 1975; 1988; 2002. Organizado por: BERNARDES, 2019.

A Figura 5 apresenta as duas principais concepções acerca do espaço geográfico desenvolvido por Santos. Considerando-as, é possível avançarmos na discussão ao relacioná-las com o conceito de meio técnico-científico informacional. Como no caso anterior a respeito do espaço geográfico, a correlação não significa que sejam sinônimos e sim que se trata de uma

aproximação entre diferentes proposições teóricas que possui como intuito identificar a lógica desenvolvida por Santos, como buscaremos realizar a seguir.

6 Os meios dos períodos

Cada período histórico da humanidade foi assinalado por Santos (1985; 1988; 1994; 2002) por certo padrão técnico ou modo de produção hegemônico que vai caracterizar o meio de forma similar, em outras palavras, certo período indica o conteúdo do meio. Desse modo, Santos denominou e classificou os diferentes períodos e meios da história em: natural, técnico e técnico-científico informacional.

O *meio natural* pode ser identificado pela fase da história na qual o homem escolhia da natureza aquilo que era fundamental ao exercício da vida e valorizava diferentemente essas condições naturais, as quais, sem grandes modificações, constituíam a base material de sua existência (SANTOS, 2002, p. 235-236). Com isso, se estabeleceu um paradoxo em que “[...] a natureza se socializa e o homem se naturaliza” (SANTOS, 1988, p. 89). Isso quer dizer que a naturalização da Natureza se torna, cada vez mais, o processo de sua tecnificação, pois o homem produz uma natureza mais adaptada aos seus fins, em que os objetos criados pelo avanço das técnicas substituem as coisas naturais. Contudo, os sistemas técnicos não tinham existência autônoma, pois sua simbiose com a natureza era total e suas motivações de uso eram essencialmente locais.

O *período técnico*, que tende a superar o período natural, compreende a fase posterior à invenção e ao uso das máquinas. Com isso, há uma nova dimensão de análise do meio, pois este é provido de objetos que não são somente culturais, mas também, técnicos. Como afirmou Santos (1985, p. 37), “[...] desde que a produção se tornou social, pode-se falar em meio técnico”. A “razão comercial” emerge e busca seu firmamento em detrimento da razão pautada nos aspectos naturais e os tempos sociais tendem a superpor os “tempos” de significações naturais. O homem se sente capaz de “enfrentar” a Natureza em que os objetos não são mais prolongamentos do corpo, mas prolongamentos do território, próteses. Utilizando novos materiais e superando as distâncias, o homem começa a fabricar um tempo novo pautado no referencial de um novo tempo (SANTOS, 1985).

Os lugares passam a se diferenciar pelo conteúdo técnico, ou seja, por sua capacidade de substituição das coisas naturais e dos objetos culturais por objetos técnicos. No entanto, esse fenômeno era limitado, pois não era em qualquer espaço que os progressos técnicos podiam se

instalar, assim como seu efeito, ou melhor, seu raio de ação, era igualmente limitado pelas relações sociais ali já existentes.

Ao fim do período técnico, limiar *do período técnico-científico*⁵, se inicia o processo de unificação das técnicas e com ele a Ciência se torna uma força produtiva direta, precedendo a técnica. Com a predominância do trabalho intelectual, acelera-se o processo de unificação do trabalho, ou seja, os homens para produzirem mais precisam estar sob um mesmo comando, além da concentração de bens e de pessoas, havendo a diferenciação entre o trabalhador do chão e o do escritório da fábrica. Fenômeno que se reflete na própria apropriação do espaço.

O período técnico-científico é compreendido como momento histórico no qual a produção do espaço se dará com um crescente conteúdo de Ciências e de técnicas, mediado pelo desenvolvimento da tecnologia, o que não ocorria no período precedente. Sua objetivação ocorre de forma seletiva, mas com a tendência de rápida expansão, o que não se evidenciava no meio técnico, que era mais lento e mais seletivo.

No período técnico-científico as especializações do trabalho se espraiam no território, havendo diferenciações das produções por regiões. Pela especialização do trabalho há a especialização das funções e uma espécie de hierarquização funcional das cidades, o que formalmente soa como uma “complementaridade” de produção regional. Essa especialização impõe e expõe uma hierarquia dos espaços de produção que acaba por refletir na apropriação, ocupação, produção e transformação do meio, especialmente do urbano. Com isso, o conteúdo técnico-científico do meio incorre na produção de um mesmo produto em quantidades maiores e em tempo menor, rompendo os equilíbrios preexistentes e impondo outros, levando ao aumento dos fluxos.

A tendência à generalização do meio técnico-científico, tanto na composição técnica do território, pelos aportes maciços de investimentos em infraestrutura, como na composição orgânica do território, ocorre pela cientifização do trabalho, é imposta tanto no meio rural quanto no meio urbano.

O *período técnico-científico informacional* é uma proposta de abordagem desenvolvida por Santos para o entendimento do atual período, pois se entendeu que suas principais características o diferenciaram dos períodos e meios anteriores. Ele tende a sobrepor todos os

⁵ Posterior ao período técnico, há duas possibilidades interpretativas. A primeira é considerar o período técnico-científico, que aparece em algumas obras de Milton Santos, tais como “Espaço e método”, “Metamorfoses do espaço habitado”, “A urbanização brasileira” (1993), etc. A outra possibilidade é considerar o período técnico-científico informacional como posterior ao período técnico, seguindo a periodização trabalhada em sua principal obra, “A Natureza do espaço” (2002). Contudo escolher um ou outro é não levar em conta o próprio processo de desenvolvimento teórico a ele correlacionado. É não levar em conta o próprio desenvolvimento intelectual do autor. É tê-lo como acabado, resultado, e não como processo.

meios anteriores, principalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial. Uma de suas características é o estreitamento da relação entre as Ciências e a técnica, em que elas passam a preceder a técnica como elemento dinâmico do modo capitalista de produção, além da informação, que ganha relevância no atual período. Isso possibilita maior relação e conhecimento do mundo por meio das redes de telecomunicações, tornando-se amplos. O território é tratado como potencialidade, o que propicia a própria ideia de instantaneidade e simultaneidade para as relações sociais.

A objetivação do período técnico-científico informacional é denominada de meio técnico-científico informacional, sendo formada, principalmente, pela ação conjunta de dois elementos:

A tecnosfera, resultado da crescente artificialização do meio ambiente, sendo a esfera natural cada vez mais substituída por uma esfera técnica, tanto na cidade como no campo [...] A psicosfera, resultado de crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo (SANTOS, 1994, p. 32).

Cabe considerar que a psicosfera é base do meio técnico-científico informacional na medida em que acompanha e antecede a sua expansão, pois o discurso e a informação dão sustentação e acompanham os objetos técnicos, os precedendo para facilitar a sua inserção nos lugares. Numa espécie de busca de adequação comportamental entre a tecnologia e a base social da técnica crivada de valores sociais, “[...] as ações não são exclusivamente conforme os fins, mas conforme o meio, isto é, conforme aos objetos” (SANTOS, 1994, p. 102), o que favorece a mudança da escala de valores culturais e da alienação dos homens em sua relação com o meio e com outros homens.

A publicidade é o principal elemento difusor do discurso dos atores hegemônicos. Por meio de objetos e ações se produzem imagens simbólicas que compõem a paisagem desde a vida íntima dos homens até seus trajetos cotidianos. Essas imagens são convidativas: seja pela persuasão ou dissuasão, podem direcionar o seu entendimento de mundo.

A intensificação desse processo está intimamente ligada com o desenvolvimento das telecomunicações, mola mestra nesse período, que propicia a expansão e a veiculação do discurso e da informação de modo quase instantâneo para qualquer parte do globo. Há a tendência de homogeneização do meio, principalmente no âmbito da psicosfera, mas esta se realiza de modo disperso porque estão centralizadas nos lugares com maior conteúdo de Ciência, tecnologia e informação, ou seja, principalmente nos grandes centros urbanos em que há a gestão dos territórios e a centralização dos fluxos.

Desse modo, considerando as periodizações desenvolvidas por Santos, como segue.

Figura 6 - Relação entre as Revoluções Industriais e as periodizações de Milton Santos

	1ª Revolução Industrial	2ª Revolução Industrial	3ª Revolução Industrial
Prímórdios da humanidade até meados do século XVIII	Meados do século XVIII	Meados do século XIX	De meados do século XX à atualidade
Período natural ou pré-técnico	Período técnico	Período técnico-científico informacional	
Relação orgânica entre homem e natureza	Proeminência das técnicas nas relações sociais	Proeminência da informação nas relações sociais	
Predominância da razão local	Predominância da razão comercial	Predominância da "razão" global e das lógicas das empresas trans e multinacionais	
Temporalidade da natureza	Temporalidade das técnicas	Temporalidade dos fluxos globais	
Locais com poucas relações entre si	Locais com pouca interdependência entre si	Relação e interdependência entre os locais	

Fonte: Adaptado de SANTOS, 1985; 1988; 1994; 2002. Organizado por: BERNARDES, 2019.

Foi considerada a periodização empreendida por Santos (2002) em “A Natureza do espaço”, buscando contemplar alguns dos fundamentos que caracterizam cada um dos períodos técnicos definidos por ele, respectivamente, a proeminência dos tipos de relações sociais desenvolvidas, razão econômica hegemônica, temporalidade e espacialidade. Também relacionamos a proposta de Santos com as denominadas Revoluções Industriais e os períodos aproximados de cada uma delas para o desenvolvimento da Figura 6. Com isso pretendemos de maneira didática sintetizar a discussão que realizamos acerca das periodizações desenvolvidas por Santos apontando para o entendimento do lugar como *loco* que sintetiza de maneira singular algumas das principais características referentes a cada um dos períodos, destacando, o atual período.

7 Do meio técnico-científico informacional, o lugar

Os lugares com maior aporte de conteúdo técnico-científico informacional são mais racionais às ordens dos atores hegemônicos, formando o que Santos (1994, p.93) denominou de “verticalidades”, ou seja, pontos no espaço, separados uns dos outros, que asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia a uma determinada lógica, a dos atores hegemônicos. Nesses lugares os fluxos são mais numerosos. Por outro lado, há lugares em que as relações são realizadas de modo íntimo ao território e decorrem da interdependência solidária

entre os atores. Esses lugares são tidos como irracionais as ordens dos atores hegemônicos, pois são dotados do mínimo conteúdo de tecnologia, Ciência e informação, além das relações ocorrerem de modo menos rígido e hierarquizado, ou seja, as relações são horizontalizadas. Desse modo, a interseção entre as verticalidades e as horizontalidades propicia que o mundo se realize no lugar, possibilitando a interdependência e interinfluência entre o lugar e o mundo:

Nessas condições, é a velha materialidade que dissolve o novo tempo e são os tempos do lugar que dissolvem o tempo do mundo.

Desse modo, a materialidade – objetos e corpos – que acaba por ser, em cada lugar, a única garantia. É assim que o lugar acaba por encontrar, em seu próprio tecido, uma *raison d'être*, um princípio de equilíbrio, ainda que relativo e precário, pois nenhum lugar vive em isolamento (SANTOS, 2002, p. 226).

O lugar, dispendo de certa autonomia, contém algumas especificidades que o torna singular e que, pela coexistência de elementos de diferentes períodos, sintetizam o desenvolvimento da sociedade, bem como determinam que a pretensa homogeneização do meio geográfico não se realize senão como objetos de metáforas – simultaneidade, instantaneidade, universalidade, flexibilidade, globalização, etc. Mesmo considerando que, no atual período, todos os lugares são alcançados por certo número de modernizações, o que de certo modo pode reconfigurar a organização do espaço, cada lugar é marcado por uma posição técnica e por componentes de capitais diferentes.

Não são todos os lugares que são capazes de receber as modernizações do atual período, seja devido as suas defasagens, a resistência ao novo ou porque o lugar não foi objeto de especulações e investimentos. Assim, as modernizações os alcançam de forma heterogênea, o que induz à diferenciação entre os lugares. Como, normalmente, elas vêm acompanhadas por uma especialização das funções, o que propicia uma hierarquização funcional pautada no princípio da informação, mesmo com presença de elementos similares, elas são específicas, porque há diferentes maneiras de acolhimento das modernizações e os lugares, cada vez mais, se tornam diferentes entre si.

Por enquanto, o Lugar – não importa sua dimensão – é, espontaneamente, a sede da residência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no movimento histórico atual (SANTOS, 2002, p. 226).

Cada sistema temporal, na escala mundial, coincide com um período histórico e a sucessão dos sistemas promove as modernizações, em que a dimensão temporal no estudo da organização do espaço ganha relevância e se realiza mundialmente. Desse modo, considerar

somente a dimensão do lugar é se reter a uma abstração, pois se deve levar em conta a dinâmica do espaço geográfico para aferi-lo. Nas palavras de Santos, (2002, p. 165), “[...] A região e o lugar não têm existência própria. Nada mais são do que uma abstração, se o considerarmos à parte de sua totalidade”.

Guardadas as devidas proporções, para esses conceitos, o lugar é a totalidade para a totalização que é o espaço geográfico. De modo recorrente nas proposições desenvolvidas por Santos, é a totalização que define o que é a totalidade ou é o espaço geográfico que define a paisagem, o território, a região e o lugar. Mesmo o lugar sendo específico, porque totalidade, ele só tem sentido pela totalização. Realiza-se uma distinção entre os lugares pelo grau e resistência de receber as modernizações características do atual período técnico, os denominando como racionais ou irracionais.

Aqui, recaímos na discussão anterior acerca da dialética entre verticalidades e horizontalidades como elementos constitutivos *indicados* pelo meio técnico-científico informacional. Diferentemente dos elementos que tínhamos disponíveis no início da discussão, aqui, é um pouco mais nítido como Santos concebeu seu sistema lógico em que as intencionalidades, de certo modo, governam a *ações* dos homens em geral. É o espaço geográfico entendido como manifestação objetiva e material da dialética entre as ações dos atores hegemônicos e dos atores hegemonzados que indicará a qualidade dos lugares e das próprias relações humanas que nele ocorrem. A concepção acerca da paisagem, território e região também são decorrentes desse procedimento.

O espaço geográfico é a referência constante para o desenvolvimento do sistema lógico proposto por Santos. Por isso, sua perspectiva de interpretação para a Geografia se revela, ao mesmo tempo, como denúncia e tentativa de conscientização dos homens acerca das ações dos atores hegemônicos como intento de governar o destino dos próprios homens em prol do lucro e pela ausência do homem concreto como aquele que deve qualificar a relação no mundo.

8 Considerações

Considerar as diferentes concepções desenvolvidas por Santos no decorrer de sua carreira para os conceitos geográficos de paisagem, território, região, espaço geográfico e lugar teve o intuito prezar pelo movimento de seu pensamento. Por mais que seja inescapável que a análise seja um movimento de desconstrução ou decomposição de ideias pretéritas (LEFEBVRE, 1975), daquilo que fora pensado, não podemos tratar certa definição teórica

como acabada. Ela é processo que não finda. Quando tratamos as conceituações como tal, elas permanecem vivas como instrumento teórico-metodológico para entendermos a realidade. A manutenção da vivacidade delas só é possível quando atribuímos seu movimento pela análise do real.

Assim, em linhas gerais, podemos inferir que a paisagem indica uma primeira forma de representação para o espaço geográfico, uma primeira aproximação do pesquisador com a realidade. Trata-se ela do espaço geográfico destituído do seu movimento totalizador, as relações sociais. Por isso, quando tratada *per si*, ela é uma abstração. Por outro lado, o espaço geográfico é a instância que define as regiões, os territórios e os lugares por meio da dialética do movimento totalizador. O espaço geográfico permite o entendimento quanto à localização, distribuição e organização dos objetos técnicos e seu respectivo conjunto de ações em sua relação com os homens. Entendemos que o fundamento do conceito território é a dialética entre as *ações* e as intencionalidades atribuídas aos objetos como um modo de exercício do poder, já a região destaca os aspectos homogêneos e heterogêneos oriundos desta dialética. Na propositura de Santos, esse processo possibilita a determinação de áreas quando consideramos certa especificidade, pela relevância de certos fenômenos para análise. Por fim, é no lugar que ocorrem as relações significativas e orgânicas dos homens para o meio e onde a totalização se faz efetivamente como totalidade. É uma instância rica das contradições do real (BERNARDES, 2012).

Figura 7 - Os fundamentos dos principais conceitos geográficos desenvolvidos por Milton Santos

Paisagem	A forma e o arranjo da realidade percebida.
Território	As relações de poder e política em determinada área e sua extensão para diferentes locais.
Região	Relação entre homogeneidade e heterogeneidade de certos aspectos reais em uma área.
Espaço	Localização, distribuição e, sobretudo, as lógicas de organização dos objetos e ações.
Lugar	Síntese dos fenômenos de diferentes escalas geográficas e das dinâmicas sociais.

Organizado por: BERNARDES, 2019.

Buscamos sintetizar os fundamentos dos principais conceitos desenvolvidos por Santos e que buscamos abordar, mesmo que brevemente, nesse manuscrito considerando a estruturação do sistema lógico desenvolvido por Santos, destacadamente em “A natureza do espaço”, em

que é o conceito de espaço geográfico que nos indica o que é o lugar, a região, o território e a paisagem (Figura 7). De que modo? Na medida em que é o espaço geográfico que determina os aspectos relevantes a serem considerados tanto numa primeira apreensão da realidade como também revela as intencionalidades atribuídas aos objetos. É o espaço geográfico que nos aponta os elementos constitutivos e determinantes da realidade pelo movimento totalizador da sociedade.

Deste modo, ao buscarmos diferenciar as concepções dos conceitos desenvolvidos por Santos, também buscamos estabelecer algumas correlações entre eles, pois notamos que há certa lógica, certa perspectiva de abordagem da realidade que os perpassam. Com isso, concordamos com Silveira (apud GRIMM, 2011, p. 182) ao ela afirmar que há uma preocupação geral para as diferentes obras de Santos, como segue:

[...] a ideia de futuro aparece, no enredo do autor, como um chamamento a discutir um caminho aberto de possibilidades, um reino da esperança, da liberdade e do projeto. Entendendo o espaço como existência e a sociedade como o ser, sua proposta de uma epistemologia existencial nos adverte sobre novas possibilidades... aquelas que nos conduzam a um mundo mais humano, ao mundo da utopia.

Silveira (apud GRIMM, 2011) afirma que Santos analisa o presente com vistas a pensar o futuro como uma forma de contribuição da Geografia à Teoria Social Crítica. Ela coloca que pensar o futuro é discutir um caminho aberto de possibilidades, da liberdade e do projeto de um mundo mais humano. Fundamentalmente estamos de acordo com essa interpretação, notadamente, quando ela considera que as proposituras de Santos dão conta de propostas possíveis para o desenvolvimento de uma consciência emancipatória dos homens imersos no cotidiano, em que o espaço geográfico permite o entendimento quanto à totalização e à totalidade do atual período de globalização.

Referências

BERNARDES, A. Quanto às categorias e aos conceitos. **Revista Formação Online**, Presidente Prudente, v. 2, n. 18, p. 165-172, jul./dez. 2011.

BERNARDES, A. H. **Das perspectivas ontológicas à natureza do internauta: contribuição à epistemologia em Geografia**. 2012. f. 264 il. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal/lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

- GRIMM, F. Aspectos da organização do arquivo de documentos do geógrafo Milton Santos. **Revista Ieb**, n.52, p.165-182, 2011.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Marin Claret, 2005.
- SANTOS, M. **Marianne em Preto e Branco**. Salvador: Progresso, 1960.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. **Entrevista com o professor Milton Santos**. Revista Caros Amigos. São Paulo, n.17, ago. 1998.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SANTOS, M. **Encontro com Milton Santos ou o Mundo Global Visto do Lado de Cá – Uma Proposta Libertária para estes Dias Tumultuados**. Direção: Sílvio Tandler. [S.l.] Rio de Janeiro: Calibran, 2006. 1 DVD (89 min), NTSC, color.
- SARTRE, J-P. **O ser e o nada**. Ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SARTRE, J-P. **Crítica da razão dialética**. Precedido por questão de método. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- WHITEHEAD, A. N. **O conceito de Natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.